

# *Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB)*

*Brasília, 28 de setembro de 2017*



**MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA**

# Pauta

- Abertura (15 min)
- Atividades dos Subcomitês (120 min, 30 min por SCT)
  - Propostas em desenvolvimento no âmbito do SCT;
  - Situação atual dos trabalhos;
  - Próximas ações;
  - Cronograma;
  - Discussão e aprovação dos trabalhos desenvolvidos.
- Informes e Deliberações (15 min)
  - Documentos disponíveis no sítio do MME;
  - Outros.

# *CT-CB*

## *Subcomitê de Concorrência e Competitividade*

**Bruno Caselli**

Coordenador

Superintendente de Defesa da Concorrência,  
Estudos e Regulação Econômica

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e  
Biocombustíveis



MINISTÉRIO DE  
**MINAS E ENERGIA**

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SUBCOMITÊ DE CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE

**P26** - Elaborar nova resolução do CNPE para reconhecer, como de interesse para a política energética nacional, programas de acesso ao consumo do GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg para consumidores de baixa renda, reforçando o conceito de que incentivos governamentais ocorrem exclusivamente com previsão específica no orçamento público. Adicionalmente, propor a revogação da Resolução CNPE nº 4/2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o GLP.

**P21** - Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de incentivos e de definição de condicionantes para atuação dos agentes de mercado, quando necessário, tendo como objetivo a promoção da concorrência, a mitigação das falhas e a prevenção do abuso de poder de mercado.

**P23** - Aperfeiçoar a atuação regulatória de modo a evitar cláusulas contratuais potencialmente danosas à concorrência e/ou que afetem a garantia do suprimento de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

**P22** - Reforçar a atuação conjunta e cooperativa das autoridades regulatórias e de defesa da concorrência no que tange ao abastecimento nacional de combustíveis, de modo a prevenir e coibir práticas anticompetitivas.

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SUBCOMITÊ DE CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE

**P18** - Reforçar o combate ao comércio irregular de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados e à concorrência desleal, por meio de ações conjuntas da ANP, distribuidores, revendedores e outras instituições governamentais.

**P24** - Realizar estudos de modo a avaliar o nível de concentração em mercados relevantes com o intuito de subsidiar as decisões das autoridades competentes nas análises da atuação dos agentes e dos atos de concentração, incluindo possíveis desinvestimentos da Petrobras.

**P10** - Realizar estudos acerca das estruturas de mercado e da atuação integrada nos diversos elos da cadeia de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, tendo em vista a necessidade de garantir a atratividade para novos investimentos.

**P25** - Avaliar ações para garantir o desenvolvimento de um mercado competitivo nos diversos elos da cadeia, com condições de oferta a preços de mercado para combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo no Brasil.

## PROPOSTA PRIORIZADA: DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS DE GLP (P26)

Elaborar nova resolução do CNPE para reconhecer, como de interesse para a política energética nacional, programas de acesso ao consumo do GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg para consumidores de baixa renda, reforçando o conceito de que incentivos governamentais ocorrem exclusivamente com previsão específica no orçamento público. Adicionalmente, propor a revogação da Resolução CNPE nº 4/2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o GLP.

**Membros do CT-CB que manifestaram interesse:** ANP (Coordenação), EPE, MME, MPDG, CADE, MF e Casa Civil

# PROPOSTA PRIORIZADA: DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS DE GLP (P26)

## **Dimensões a serem consideradas:**

- Econômica: atração de investimentos privados em infraestrutura de abastecimento, regulação e concorrência; impacto no preço final ao consumidor;
- Social: impacto nos consumidores de baixa renda, substituição por lenha, saúde e qualidade de vida. Alternativas para mitigar este impacto, incluindo custos de uma possível política de subsídio.

# ATIVIDADES REALIZADAS PELO SUBCOMITÊ

## Reuniões do subcomitê:

- 01/set – Reunião inaugural para apresentação da metodologia de trabalho;
- 06/set – Apresentação do posicionamento do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo – Sindigas;
- 14/set – Apresentação do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS sobre o Cadastro Único para Programas Sociais;
- 22/set - Apresentação do posicionamento da Associação Brasileira dos Revendedores de Gás Liquefeito – ASMIRG-BR;
- 25/set - Apresentação do posicionamento da Petrobras.



## Questionário:

- Objetivo: colher subsídios para avaliação da proposta de alteração da Resolução CNPE nº 04/2005.

-Dividido em cinco partes:

1. Análise das consequências da prática atual de diferenciação de preços de GLP;
2. Identificação dos impactos esperados do fim da diferenciação de preços;
3. Avaliação da criação de programa de acesso ao consumo de GLP para o segmento residencial;
4. Opções para implementação do programa de acesso ao consumo;
5. Comentários adicionais e outras informações relevantes.

## **Instituições/Entidades consultadas:**

- Governo: MME, ANP, EPE, MF, Casa Civil, MPDG, CADE, EPL, Senacon.
- Agentes de mercado: Sindigás, Distribuidoras não associadas ao Sindigas (Consigaz, Gas Ponto Com, GLPGas, Mastergás, Propangás, Servgás, SOS Gas, Vida & Energia, Usegás), Abragas, Asmirg - BR, Petrobras, IBP, Fecombustíveis, Ubrabio.

## PRÓXIMOS PASSOS

- Prazo para receber os questionários respondidos: até 29/set;
- Workshop aberto sobre a proposta: 31/out;
- Elaboração de relatório analítico para apresentação na próxima reunião do CNPE, com foco na proposta 26, mas com elementos relacionados a outras propostas do subcomitê: até 08/nov;
- Próximas propostas a serem analisadas: P21 e P23 (em conjunto); P22.

(P21 - Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de incentivos e de definição de condicionantes para atuação dos agentes de mercado, quando necessário, tendo como objetivo a promoção da concorrência, a mitigação das falhas e a prevenção do abuso de poder de mercado e P23 - Aperfeiçoar a atuação regulatória de modo a evitar cláusulas contratuais potencialmente danosas à concorrência e/ou que afetem a garantia do suprimento de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo; P22 - Reforçar a atuação conjunta e cooperativa das autoridades regulatórias e de defesa da concorrência no que tange ao abastecimento nacional de combustíveis, de modo a prevenir e coibir práticas anticompetitivas).



# *CT-CB*

## *Subcomitê de*

### *Tributação*

**Marcelo Cavalcanti**

Superintendente Adjunto

Superintendência de Petróleo / SPT

Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis / DPG

Empresa de Pesquisa Energética / EPE



MINISTÉRIO DE  
**MINAS E ENERGIA**

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE TRIBUTAÇÃO

(32) Avaliar alternativas à incidência de **bitributação sobre o GLP** oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

(29) Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do **tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas**, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

(30) Avaliar a **simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais**, incidentes sobre a comercialização de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.

(28) Desenvolver estudo quanto aos **impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis**, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.

(31) Avaliar alternativas de **estímulo à atividade de rerrefino**, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.

## SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS

(32) Avaliar alternativas à incidência de **bitributação sobre o GLP** oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

(29) Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do **tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas**, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

(30) Avaliar a **simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais**, incidentes sobre a comercialização de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.

(28) Desenvolver estudo quanto aos **impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis**, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.

(31) Avaliar alternativas de **estímulo à atividade de rerrefino**, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.

# BREVE INTRODUÇÃO

A Constituição da República de 1988 prevê **imunidade do ICMS nas operações interestaduais com petróleo e derivados** - art. 155, § 2º, X, "b".



**Como separar** as parcelas dos **volumes** GLP (derivado de Petróleo ou oriundo do processamento do Gás Natural) **que são transacionados mensalmente entre as UFs?**

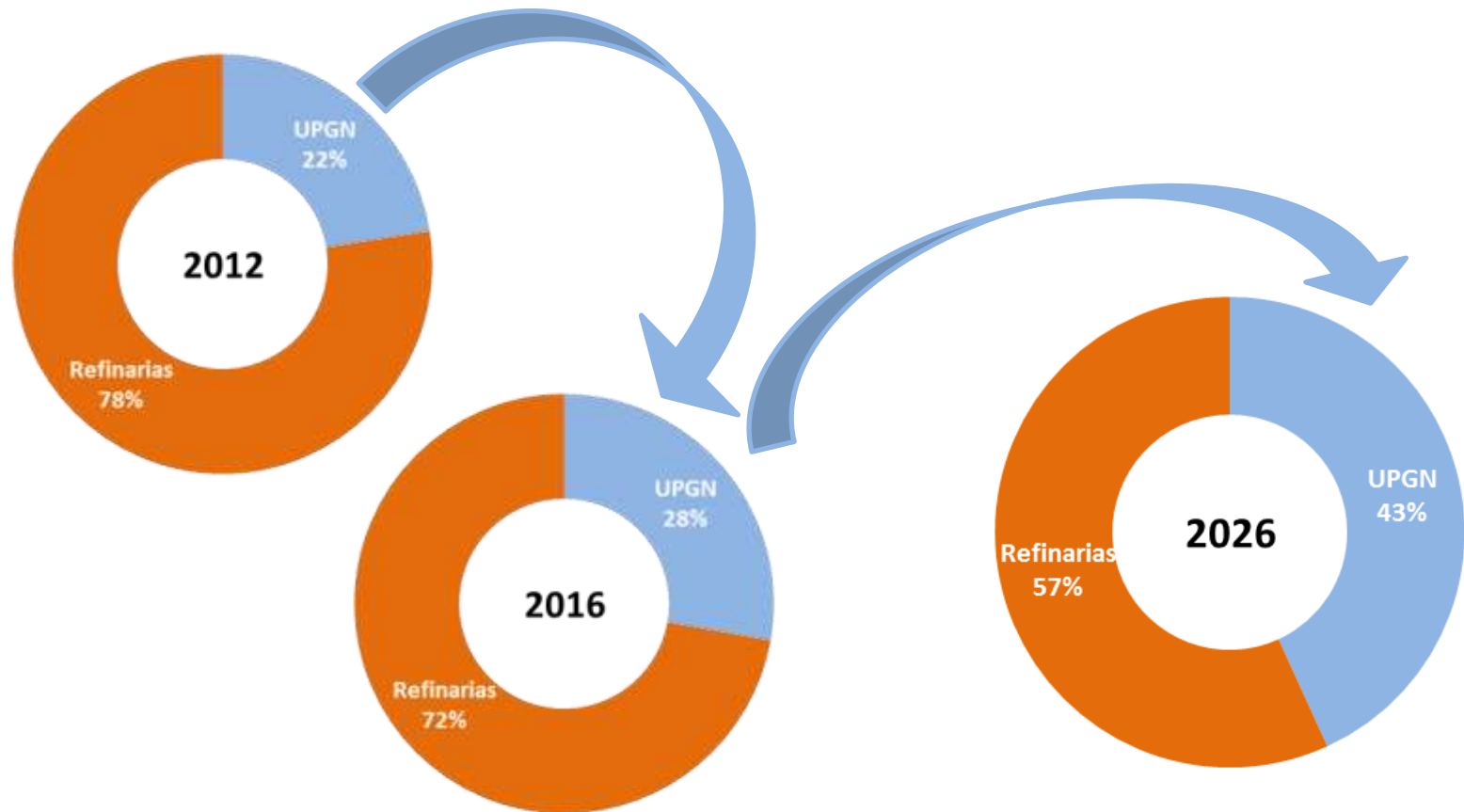


# BREVE INTRODUÇÃO

Desde 2003 há iniciativas que buscam definir uma metodologia. Tais encaminhamentos estão hoje consolidados no **Protocolo ICMS 4/2014**, com **adesão de 23 das 27 UFs**.

A não uniformização do tratamento tributário acarreta distorções na formação de preços do GLP, com **impactos** na própria **receita fiscal** das UFs, no segmento de **distribuição** e com potenciais **reflexos sobre o consumidor**.

# BREVE INTRODUÇÃO

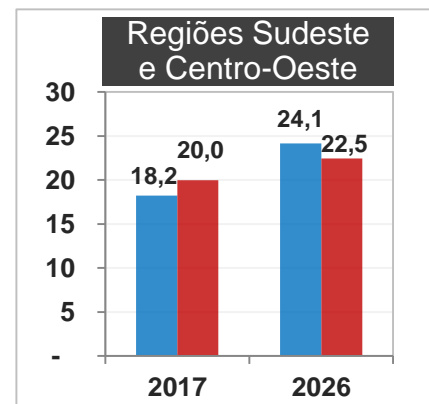
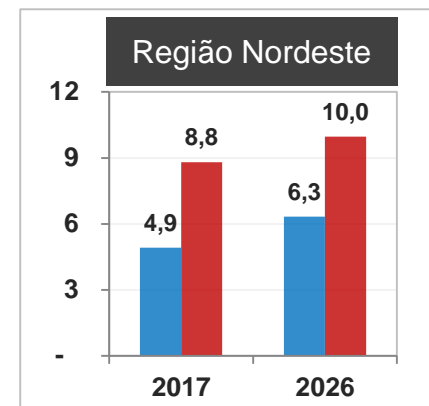
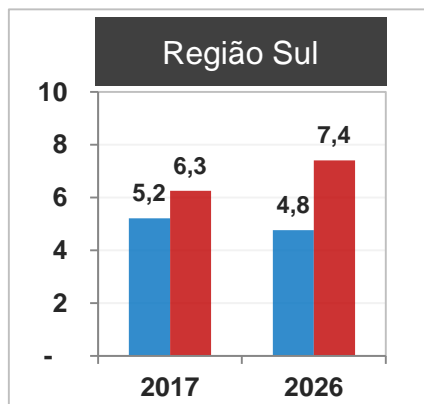
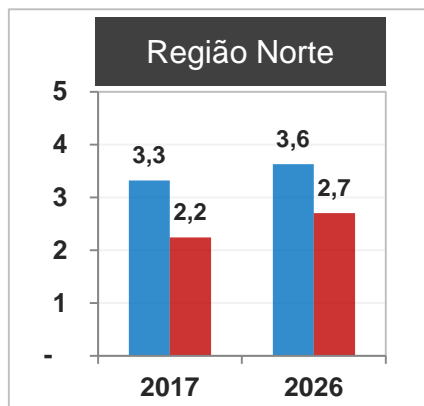


Fonte: ANP e EPE

# BREVE INTRODUÇÃO

Em mil m<sup>3</sup> por dia

■ Oferta ■ Demanda



# SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS



Levantamento das instituições interessadas no subcomitê de tributação, por tema.  
**até 15/setembro**



## **Instituições consultadas:**

**Revendedores:** Asmirg, Abragás

**Distribuidores:** Sindigás, Liquigás, Consigaz, Petrobahia

**Produtores:** Petrobras, Refinaria Manguinhos

**Outras:** Transpetro, Governo do Maranhão, IBP, Oleoplan, Lepus Realizações

# SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS



Reuniões com instituições.  
**até 29/setembro**



Foi elaborado um questionário com o objetivo de colher manifestações das entidades sobre a situação atual da tributação sobre o GLP oriundo de gás natural, bem como sobre uma possível reorientação dessa tributação.

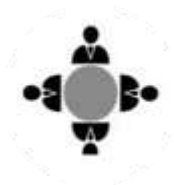
**Prazo para recebimento das respostas é 06/outubro**

## SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS



Pleito de **apresentar** o Combustível Brasil e o Subcomitê de Tributação em **reunião do Confaz** (5/6 de outubro).  
Não houve confirmação.

## PROXIMOS PASSOS (CURTO PRAZO)



Explicação junto às unidades federativas não signatárias do **Protocolo ICMS 4/2014**, visando debater sobre os benefícios e limites a sua adesão.



**Consolidação das respostas** ao questionário enviado às instituições.

## PROXIMOS PASSOS (CURTO PRAZO)



Analisa-se a necessidade de **realização de um *workshop***, na quarta semana de outubro/2017, para apresentação do consolidado das informações coletadas e estabelecimento de contraditório entre as diversas instituições.



## PROXIMOS PASSOS (CURTO PRAZO)



Será elaborado pelos integrantes do subcomitê um **relatório final** sobre a tributação do GLP de UPGN.

**Até meados de novembro**

O relatório deve ser **entregue para suporte ao CNPE** e **às secretarias de fazenda das UFs** que não aderiram ao Protocolo ICMS 4/2014. Posteriormente, também deve ser enviado ao **Confaz**.

## PROXIMOS PASSOS (MÉDIO PRAZO)

(32) Avaliar alternativas à incidência de **bitributação sobre o GLP** oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

(29) Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do **tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas**, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

(30) Avaliar a **simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais**, incidentes sobre a comercialização de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.

(28) Desenvolver estudo quanto aos **impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis**, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.

(31) Avaliar alternativas de **estímulo à atividade de rerrefino**, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.

# CRONOGRAMA

Etapas	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
1. Identificação e contatos iniciais com agentes	[Barra de atividade contínua de Julho a Setembro]				
2. Reuniões do CT-CB		[Barra vertical]		[Barra vertical]	[Barra vertical]
3. Reuniões do Subcomitê de Tributação		[Barra de atividade contínua de Agosto a Outubro]			[Barra vertical]
4. Reuniões com os agentes			[Barra de atividade contínua de Setembro a Outubro]		
5. Reuniões com UFs não signatárias do Protocolo 4/2014				[Barra de atividade contínua de Outubro a Novembro]	[Barra vertical]
6. Reuniões no Confaz				[Barra vertical]	
7. Questionários			[Barra de atividade contínua de Setembro a Outubro]	[Barra vertical]	
8. <i>Workshop (a avaliar)</i>				[Barra de atividade contínua de Outubro a Novembro]	
9. Elaboração de Relatório Analítico			[Barra de atividade contínua de Setembro a Novembro]		[Barra vertical]
10. Apresentação de resultados/produtos					[Barra vertical]

# CRONOGRAMA

PROPOSTAS	AÇÕES	2017						2018					
		jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
<b>P29</b> - Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.	Identificação e contatos iniciais com agentes	10-											
	Reuniões do CT-CB		9	27		22							
	Reuniões do Subcomitê de Tributação												
	Reuniões com os agentes												
	Questionários												
	Workshop (a avaliar)												
	Elaboração de Relatório Analítico												
	Apresentação de resultados/produtos												
<b>P30</b> - Avaliar a simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais, incidentes sobre a comercialização de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.	Identificação e contatos iniciais com agentes	10-											
	Reuniões do CT-CB		9	27		22							
	Reuniões do Subcomitê de Tributação												
	Reuniões com os agentes												
	Questionários												
	Workshop (a avaliar)												
	Elaboração de Relatório Analítico												
	Apresentação de resultados/produtos												

# CRONOGRAMA

PROPOSTAS	AÇÕES	2018												
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
<b>P28</b> - Desenvolver estudo quanto aos impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.	Identificação e contatos iniciais com agentes													
	Reuniões do CT-CB													
	Reuniões do Subcomitê de Tributação													
	Reuniões com os agentes													
	Questionários													
	Workshop (a avaliar)													
	Elaboração de Relatório Analítico													
	Apresentação de resultados/produtos													
<b>P31</b> - Avaliar alternativas de estímulo à atividade de rerrefino, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.	Identificação e contatos iniciais com agentes													
	Reuniões do CT-CB													
	Reuniões do Subcomitê de Tributação													
	Reuniões com os agentes													
	Questionários													
	Workshop (a avaliar)													
	Elaboração de Relatório Analítico													
	Apresentação de resultados/produtos													

*CT-CB*

*Subcomitê  
de  
Abastecimento*

**Coordenação**

**Maria Inês – SAB/ANP**

28/09/2017



MINISTÉRIO DE  
**MINAS E ENERGIA**

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE ABASTECIMENTO

## PROPOSTAS

P1 - Estabelecer, por meio do CNPE, um conjunto de diretrizes estratégicas para a reestruturação do mercado de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo no Brasil, que contemple a presença de múltiplos agentes e viabilize a realização de novos investimentos, observado o atual período de transição.

P16- Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios que, em função do reposicionamento da Petrobras, garantam o abastecimento nacional de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

P19 - Aprimorar os mecanismos de monitoramento da movimentação e comercialização combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo

P4 - Permitir a importação de gasolina e óleo diesel diretamente por distribuidores de combustíveis.

P27 - Realizar estudos para reavaliação das restrições de outros usos de GLP para verificação de impactos sobre o abastecimento nacional, devendo considerar a precificação do produto e a disponibilidade de infraestrutura existente

P17- Reavaliar a legislação que trata do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (Sinec) para adequá-la às condições atuais de abastecimento do mercado brasileiro de combustíveis.

P20 - Avaliar a possibilidade de diversificação dos tipos de combustíveis a serem disponibilizados por região, tendo em vista suas especificidades.

P3- Analisar e propor políticas para fomento à formulação de combustíveis, produção local de óleos lubrificantes básicos e outros derivados.

# SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS

AÇÕES

## 34ª Reunião Ordinária CNPE

Realizar estudos regulatórios sobre o monopólio de fato exercido pela Petrobras nos segmentos afetos ao abastecimento e identificar em que medida as Resoluções SAB contribuem para a manutenção desse desenho de mercado. **Iniciado**

Identificar mercados regulados cujos marcos regulatórios estejam defasados (e.g. Asfaltos, RANP 02/2005). **Realizado**

Analisar o grau conformidade das Resoluções SAB (e.g. Etanol, RANP 67/2011). **Iniciado**

Revisar Resoluções SAB a fim de reduzir o custo regulatório de conformidade (e.g. RANP 42/2011). **Iniciado**

Elaborar Nota Técnica a fim dar interpretação normativa que garanta a manutenção do abastecimento nacional de derivados (e.g. RANP 41/2013). **Não iniciado. Entretanto é decorrência do trabalho em curso.**

Realizar estudos regulatórios a fim de subsidiar a tomada de decisão pela Diretoria de assuntos estratégicos relacionados ao abastecimento nacional (e.g. revogação decorrente de condenação pelo CADE). **Realizado para alguns casos.**

Implantar sistema LUPA nos mercados de Solventes, Asfaltos, TRRs, Lubrificantes, Distribuidores de Líquidos e Distribuidores de GLP, para auditar e cruzar, de forma automática, as informações desses agentes, dos produtores de derivados, Usinas de etanol e importadores de combustíveis. Depende da adimplência de todos os agentes. **Implantado**

Divulgar informações no site da ANP, para que sua utilização pelos agentes do mercado dê credibilidade aos dados. **Iniciado e em avaliação**



Elaborar Nota Técnica contendo estudo sobre o impacto da mudança no abastecimento de gasolina e de óleo diesel. <b>Não realizado</b>
Revisar a Portaria ANP nº 313/2001: regulamentação da importação de óleo diesel e biodiesel. <b>Terminado</b>
Revisar a Portaria ANP nº 314/2001: regulamentação da importação de gasolina. <b>Terminado</b>
Revisar a Resolução ANP nº 58/2014: regulamentação da atividade de distribuição de combustíveis líquidos. Iniciado. <b>A Resolução é muito extensa e são necessários mais estudos.</b>
Elaborar Nota Técnica com parecer sobre extensão da permissão de importação por distribuidores em segmentos análogos: QAV, GLP, Etanol. <b>Não realizado</b>
Divulgar Nota Técnica sobre o abastecimento de GLP, que indique os gargalos operacionais. <b>Parcialmente concluído</b>
Apontar medidas que possam liberalizar a importação de GLP pelos distribuidores, visando alcançar nesse mercado condições semelhantes às do mercado de óleo diesel e gasolina. <b>Em andamento</b>
Encaminhar a ação nas reuniões do GT SINEC. <b>Não realizado</b>
Realizar análises regionais, que indiquem a quilometragem média cumprida pelos combustíveis utilizados na formulação do óleo diesel B e da gasolina C, com a finalidade de avaliar alternativas à manutenção do teor único de mistura na gasolina e no óleo diesel. <b>Não realizado</b>
Buscar alternativas para o correto abastecimento de óleo diesel marítimo na região Norte do Brasil, incluindo alterações na especificação dos combustíveis comercializados na área. <b>Em andamento.</b>
Identificar iniciativas de fomento para a entrada de novos players no mercado. <b>Em andamento</b>

# PROXIMOS PASSOS

- Realizar reunião com os distribuidores de GLP de forma a identificar todos os gargalos operacionais – 10/1017
- Discutir com os agentes a revisão da Resolução 58/2014 - 11/2017
- Encaminhar para Diretoria a Revisão da RANP 42/2011 – 11/2017
- Elaborar Nota Técnica com avaliação de possíveis impactos na importação de gasolina e óleo diesel. diretamente por distribuidores de combustíveis - 01/2018
- Encaminhar para a Diretoria a Resolução de importação/exportação -10/2017
- Encaminhar para a Procuradoria a Resolução que estabelece os requisitos para atuação como TRRNI  
➤ – 10/2017
- Realizar reunião com os importadores de combustíveis e diagnosticar eventuais gargalos no processo – 11/2017

## PROXIMOS PASSOS

- Realizar estudos regulatórios sobre o monopólio de fato exercido pela Petrobras nos segmentos afetos ao abastecimento e identificar em que medida as Resoluções SAB contribuem para a manutenção desse desenho de mercado -02/2018
- Elaborar Nota Técnica contendo estudo sobre o impacto da mudança no abastecimento de gasolina e de óleo diesel - 03/2018
- Revisar a Resolução ANP nº 58/2014: regulamentação da atividade de distribuição de combustíveis líquidos -06/2018
- Realizar análises regionais, que indiquem a quilometragem média cumprida pelos combustíveis utilizados na formulação do óleo diesel B e da gasolina C, com a finalidade de avaliar alternativas à manutenção do teor único de mistura na gasolina e no óleo diesel- 03/2018
- Realizar estudos regulatórios a fim de subsidiar a tomada de decisão pela Diretoria de assuntos estratégicos relacionados ao abastecimento nacional (e.g. revogação decorrente de condenação pelo CADE) – 04/2018

# *CT-CB*

## *Subcomitê de*

### *Infraestrutura*

#### **Luiz Theodoro**

Coordenador do SCT de Infraestrutura / CT-CB

Coordenador Geral de Refino, Abastecimento e  
Infraestrutura / Departamento de Combustíveis  
Derivados de Petróleo / SPG / MME



MINISTÉRIO DE  
**MINAS E ENERGIA**

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE INFRAESTRUTURA

## ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS (QUANTO À EXPECTATIVA DE RESULTADOS):

PROPOSTAS COM RESULTADOS PREVISTOS PARA 2017

- **Tratativas envolvendo órgãos de governo**

PROPOSTAS COM RESULTADOS PREVISTOS PARA 2018

- **Tratativas envolvendo órgãos de governo e agentes de mercado**

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE INFRAESTRUTURA

## PROPOSTAS COM RESULTADOS PREVISTOS PARA 2017:

- Articular com os órgãos responsáveis pela concessão do setor portuário nacional para concluir as licitações iniciadas e realizar novas licitações de áreas de armazenamento de combustíveis nos portos a fim de estimular novos investimentos em terminais (P13)

### RESULTADO

**ENCAMINHAMENTO À ANTAQ DE NT 529/17/SAB-ANP SOBRE OS PORTOS PRIORITÁRIOS PARA PROCESSOS LICITATÓRIOS (AGO/17)**

- Analisar e propor mecanismos para que os procedimentos licitatórios de arrendamentos de instalações portuárias em portos organizados sejam convergentes com os interesses do abastecimento nacional de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, de modo que a participação da ANP ocorra em várias das etapas preparatórias até a publicação do edital, em especial na fase de planejamento das áreas a serem arrendadas (P7)

### RESULTADO:

**ACORDOS ANP X ANTAQ PARA: (i) ATENDER A LEI DOS PORTOS EM ASSUNTOS DE INTERESSE DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS; (ii) PROPOR AO MTPA RESOLUÇÃO PARA PRIORIZAR ATRACAÇÃO DE NAVIOS DE COMBUSTÍVEIS (NOV/17)**

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE INFRAESTRUTURA

## PROPOSTAS COM RESULTADOS PREVISTOS PARA 2018:

- Analisar e propor mecanismos para dar maior celeridade aos processos relacionados à infraestrutura, em especial junto aos órgãos de controle ambiental e alfandegário (P6)
- Mapear as áreas de infraestrutura de movimentação de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo prioritárias para realização de investimentos privados (P5)
- Articular com os órgãos responsáveis pela concessão do setor portuário nacional para estabelecer nos processos licitatórios das áreas portuárias a possibilidade da instalação de terminais com capacidade para movimentação de produtos para os diversos agentes regulados, com atenção especial para os portos das Regiões Norte e Nordeste (P8)

# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE INFRAESTRUTURA

## PROPOSTAS COM RESULTADOS PREVISTOS PARA 2018:

- Articular com os órgãos responsáveis pelo setor portuário o aperfeiçoamento da regulação, com vistas a possibilitar o acesso célere e efetivo aos portos públicos para todos os produtores, importadores e distribuidores autorizados pela ANP, bem como grandes consumidores (P9)
- Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios e/ou contratuais para garantir os níveis de serviço adequados nos terminais aquaviários, para todos os interessados (P12)
- Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de modo a conferir maior eficiência no controle de acesso de terceiros à infraestrutura, respeitado o direito de preferência do proprietário, observada a arbitragem de conflitos prevista pela Resolução Antaq nº 3.707/2014 e pela Portaria ANP nº 251/2000, bem como aprimorar a divulgação das informações de capacidade e utilização dos terminais (P11)



# PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE INFRAESTRUTURA

## PROPOSTAS COM RESULTADOS PREVISTOS PARA 2018:

- Analisar e propor mecanismos para incentivar investimentos em refino no País (P2)
- Aprimorar os termos e condições gerais que devam constar nos contratos entre o poder concedente do setor portuário nacional e as entidades privadas, que contemplem as regras para renovação contratual e permitam o retorno do investimento ou seu ressarcimento (P14)
- Analisar a possibilidade de ampliar linhas de financiamento em infraestrutura com taxas mais atrativas e de longo prazo para o setor (P15)

# SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHOS

- Todos os trabalhos estão sendo realizados dentro das expectativas previstas;
- Anp e Antaq estabeleceram GT para construir um acordo entre as Agências, cujo escopo observará os temas tratados na Lei dos Portos (licitações, outorgas, prorrogações, fiscalização etc);
- Em curso, as tratativas com Autoridades Portuárias visando compatibilizar as operações de cais e berços com as tancagens, bem como propor ao MTPA resolução para priorizar atracação de navios de combustíveis;
- Para o mês de outubro próximo, está sendo organizando um workshop com todos os agentes de mercado envolvidos com o SCT de Infraestrutura. Na pauta, a discussão de todas as propostas do Subcomitê.

## PROXIMOS PASSOS

- Estabelecimento de cronograma de trabalho do GT Anp/Antaq para construir acordo entre as Agências sobre atendimento à Lei dos Portos;
- Elaboração e encaminhamento de proposta ao MTPA para priorizar atracação de navios de combustíveis.
- Workshop para discussão dos temas do SCT de Infraestrutura



# CRONOGRAMA

PROPOSTAS	AÇÕES	2017							2018
		jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
<b>Demais propostas do SCT (9 propostas)</b>	Identificação e contatos iniciais com agentes	22							<b>Cronograma a ser definido após o Workshop</b>
	Reunião inaugural do CT-CB			09					
	Reunião preparatória para o Workshop					15			
	Workshop					31			

**Muito obrigado**

**Luiz Theodoro**

**Coordenador do SCT de Infraestrutura  
Combustível Brasil**

**61-2032-5971**

**luiz.theodoro@mme.gov.br**